

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Luciana Paula Bonetti Silva

A Voz que não se calou:

As mudanças do programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula

RELATÓRIO TÉCNICO
do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pela Prof^a Gislene Silva
no segundo semestre de 2014
Orientador: Prof. Eduardo Vianna Barreto Meditsch

Florianópolis

Dezembro de 2014

A Voz que não se calou:

As mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula

**Relatório do Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à disciplina Projetos
Experimentais.**

**Orientador: Profº Eduardo Barreto
Vianna Meditsch**

Florianópolis

Dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram comigo nesta jornada. À universidade que disponibilizou equipamentos e os recursos para as incontáveis ligações interurbanas que precisei fazer para as gravações. À equipe do Laboratório de Rádio que dividiu comigo os momentos mais marcantes de cada entrevista. Aos entrevistados que generosamente cederam seu tempo e suas histórias para que pudessem ser contadas nesta narrativa radiofônica. Aos colegas da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado, onde trabalho, por terem sido sempre compreensivos quando necessitei me ausentar para realizar a reportagem, além de me darem apoio recomendando e disponibilizando parte da bibliografia utilizada. À minha família e amigos que tantas vezes sentiram ciúmes deste trabalho que monopolizou minhas atenções por tantos dias e noites. Ao meu orientador Eduardo Meditsch por acompanhar cada etapa e me dar o suporte necessário para a realização do programa. À Prof^a Valci Zuculoto e ao Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (GIRAFa) por terem me ajudado a construir esta reportagem. Ao amigo Aramis Merki II, cuja colaboração neste trabalho foi muito além da locução. Aos membros da banca Prof^o Francisco Karam e Paulo Liedtke, por aceitarem o convite e me ajudarem a qualificar o trabalho.

FICHA DO TCC		Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC	
ANO	2014		
ALUNO	Luciana Paula Bonetti Silva		
TÍTULO	A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula		
ORIENTADOR	Eduardo Vianna Barreto Meditsch		
MÍDIA		Impresso	
	x	Rádio	
		TV/Vídeo	
		Foto	
		Web site	
		Multimídia	
CATEGORIA		Pesquisa Científica	
		Produto Comunicacional	
		Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	x	Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
		Reportagem livro-reportagem ()	(x) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Rádio reportagem, A Voz do Brasil, Comunicação Pública		
RESUMO	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma reportagem em áudio sobre as mudanças que ocorreram no programa de rádio A Voz do Brasil, desde o governo Lula até os dias atuais. A reportagem discute a gestão das empresas públicas de comunicação no período, a criação da Empresa Brasil de Comunicação e a concepção de comunicação pública como um direito do cidadão. As fontes são funcionários que trabalharam na Voz do Brasil e os jornalistas que presidiram a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) neste percurso, além de informações e pesquisas sobre o tema. A reportagem está dividida em três blocos: Histórico d'A Voz; Com a palavra, cidadania; e Inquietações.</p>		

SUMÁRIO

1. RESUMO.....	6
2. CONTEXTO.....	7
3. TEMA E JUSTIFICATIVAS.....	7
4. PROCESSO DE PRODUÇÃO.....	14
4.1 PRÉ-PRODUÇÃO.....	14
4.2 PRODUÇÃO.....	15
4.2.1 Conteúdo de reportagem.....	15
4.2.2 Apuração/gravações.....	18
4.2.3 Entrevistas.....	19
4.2.4 Roteiro.....	21
4.3 FORMATO.....	22
5. RECURSOS E EQUIPAMENTOS.....	23
6. AVALIAÇÃO.....	23
6.1 DIFICULDADES.....	23
6.2 APREDIZADO.....	24
7. REFERÊNCIAS.....	24
8. BIBLIOGRAFIA.....	26
9. ANEXO.....	28
9.1 ROTEIRO DO PROGRAMA A VOZ QUE NÃO SE CALOU.....	28

2 RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma reportagem em áudio sobre as mudanças que ocorreram no programa de rádio A Voz do Brasil, desde o governo Lula até os dias atuais. A reportagem discute a gestão das empresas públicas de comunicação no período, a criação da Empresa Brasil de Comunicação e a concepção de comunicação pública como um direito do cidadão. As fontes são funcionários que trabalharam na Voz do Brasil e os jornalistas que presidiram a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) neste percurso, além de informações e pesquisas sobre o tema. A reportagem está dividida em três blocos: Histórico d'A Voz; Com a palavra, cidadania; e Inquietações.

Palavras-chave: Voz do Brasil, comunicação pública, Empresa Brasil de Comunicação.

3 CONTEXTO

O documentário *A Voz que não se calou: as mudanças do programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula* é um programa radiofônico, em formato de webaudiocumentário, que investiga a história d'A Voz do Brasil, com foco no período a partir de 2003. É dividido em três blocos, Histórico d'A Voz, Com a palavra, cidadania, e Inquietações, com duração total de uma hora (59 minutos e 32 segundos).

Apresenta um panorama do programa no contexto da comunicação governamental do Brasil, desde a década 1930, quando entrou no ar a primeira edição do então chamado Programa Nacional. A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em 2007, também será destacada na reportagem por inaugurar um projeto de comunicação pública independente da comunicação governamental.

O documentário foca especialmente as alterações que houve na pauta, no estilo, nos profissionais envolvidos, na rotina de produção do programa. Relatando, entre outros fatos, questões históricas, e a evolução dos conceitos de comunicação pública e governamental na história do país e os projetos de lei que tramitam atualmente no Congresso e que podem definir o futuro do programa, tanto sobre a reivindicação pela flexibilização do horário de retransmissão, quanto o que defende a patrimonialização d'A Voz do Brasil.

Assim, tem o objetivo de registrar estas transformações num panorama mais abrangente do debate sobre a democratização da comunicação no Brasil.

3 TEMA E JUSTIFICATIVAS

Com a promoção da Copa do Mundo no Brasil, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert) lançou a campanha "A Voz Que Eu Quero Ouvir" em defesa da flexibilização do horário de transmissão do programa de rádio A Voz do Brasil. O direito de livre escolha do ouvinte e a impossibilidade de acompanhar os jogos que ocorressem no período das 19 horas foram alguns dos argumentos utilizados pelos defensores do Projeto de Lei 595/03, da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). Apresentado em 2003, o projeto originalmente propunha flexibilizar o horário de transmissão até meia-noite e meia, posteriormente foi alterado no Senado para o período das 19 às 21 horas. Agora, a proposta precisa ser novamente aprovada no Plenário da Câmara para virar lei.

Se o texto for aprovado e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, a transmissão poderá começar às 19h, 20h ou 21h, dependendo da escolha de cada emissora. Durante a realização do mundial, através da Medida Provisória 648/14, o horário de transmissão foi flexibilizado para que o público acompanhasse os jogos.

Para além do evento, entre os argumentos da Abert para conseguir assinaturas em apoio ao projeto de lei, também está o fato de o programa ter sido criado durante o regime de exceção do governo de Getúlio Vargas, o que marcaria A Voz do Brasil com o caráter “impositivo e autoritário” segundo Daniel Slaviero, presidente da Abert¹.

No entanto, em 2011, um projeto do Senado foi proposto, por sua vez, para que o programa fosse considerado patrimônio imaterial do país. O Projeto de Lei 19/2011 é de autoria da então senadora Marinor Brito (PSOL-AP) e desde abril deste ano está na Comissão de Educação do Senado.

A principal justificativa deste trabalho é colaborar com o atual debate sobre a flexibilização do horário da Voz do Brasil, ou de sua patrimonialização, no contexto da comunicação no país.

4 PROCESSO DE PRODUÇÃO

4.1 PRÉ-PRODUÇÃO

A apuração do tema da reportagem iniciou, na verdade, há dois anos, quando produzi o trabalho de conclusão de curso “A Voz do Brasil, a voz da cidadania no rádio: um estudo sobre o programa (2003-2012)”, no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Contar com esta pesquisa foi muito importante, mas não o suficiente para produzir este webradiodocumentário. Como define a UNESCO, era necessário e imprescindível falar diretamente com os envolvidos com a história do programa.

O documentário de rádio funciona como o de TV. Busca mostrar a verdade sobre um determinado tópico, sobre certo incidente ou local ou sobre relacionamentos entre pessoas. Num documentário, o apresentador tem um papel secundário. O mais importante é as pessoas ligadas aos fatos contarem elas mesmas o que aconteceu. Num documentário, usamos os sons da realidade como um poderoso instrumento de comunicação. O documentário tem um elemento humano que dá ao ouvinte a chance de interpretar a realidade sozinho em vez de ser informado sobre ela. Um bom documentário muda nossa percepção da realidade. (UNESCO, apud MATTOS, 2013, p. 24)

¹ Segundo matéria publicada no site, consultado no dia 4 de julho de 2014: <http://www.abert.org.br/>

Assim foi definido que as fontes deveriam ser pessoas diretamente relacionadas com a história do programa: funcionários e ex-funcionários, gestores e ex-gestores envolvidos com a produção do programa, representantes civis ou políticos que militassem a favor ou contra A Voz do Brasil. Fontes especializadas no assunto também foram cogitadas, mas durante o processo de edição foi constatado que o uso de uma das sonoras, a do pesquisador Bernardo Kuncinski, quebrava o ritmo e a estrutura da reportagem. Assim, optou-se por não utilizá-la neste trabalho, mas aproveitá-la em projetos futuros.

As músicas, os áudios históricos e de dramatizações utilizados na reportagem foram todos baixados da Internet, dos sites Locutor.info ou do Youtube. O uso deste material sem concessão de direitos autorais está assegurado pelo inciso VI, do artigo 46º, da lei 9610/1998, segundo o qual, não constitui ofensa aos direitos autorais: a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro.

4.2 PRODUÇÃO

Para melhor esquematização desta etapa do relatório, subdividimos algumas etapas da produção em: Conteúdo da Reportagem, Apuração/Gravações, Entrevistados e Roteiro.

4.2.1 Conteúdo da reportagem

A reportagem foi dividida em três blocos. Os dois primeiros têm uma divisão cronológica, e o último propõe um debate sobre questões que não são consenso sobre a A Voz do Brasil.

Bloco 1: Histórico d'A Voz

Objetivo específico: contar a história d'A Voz do Brasil, pontuando mudanças em seu formato e relacionando-a com o contexto político de cada período. Neste primeiro bloco o programa é apresentado ao ouvinte desde a sua criação em 1935, até o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para entender este contexto, reportemo-nos a história d'A Voz do Brasil. Na década de 1930, o governo autorizou os reclames no rádio, através das legislações de 1931 e 1932, mais especificamente os decretos nº 20.047 e nº 21.111. Com a inserção da propaganda, este veículo conseguiu expandir-se no país, uma vez que se tornou um negócio rentável. Para Lia Calabre

(2006), este seria um prelúdio da criação do Programa Nacional, através do já mencionado decreto 21.111 de 1932:

Art. 69 O Programa Nacional é destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo o território do país, em horas determinadas, e versará sobre assuntos educacionais de ordem política, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística, obedecendo à orientação que fora estabelecida de acordo com o disposto neste regulamento.

Parágrafo único. Os programas só poderão ser irradiados fora das horas reservadas ao Programa Nacional. (BRASIL, 1932)

Sobre os registros da entrada no ar deste programa, chegamos à data de 22 de julho 1935, através de Lilian Perosa (1995), pesquisadora da comunicação. O responsável pela produção e transmissão em rede seria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), a cargo de Lourival Fontes. O DPDC ficava subordinado, nesta época, ao Ministério da Justiça e Relações Exteriores.

O primeiro programa com a abertura da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, foi transmitido dos estúdios da Rádio Guanabara, no Rio de Janeiro, e apresentado pelo locutor Luiz Jatobá. Nessa ocasião entraram em cadeia oito emissoras brasileiras: PRA-2, PRA-3, PRA-9, PRP-7, PRC-8, PRE-2, PRD-2 e PRF-5. (PEROSA, 1995, p. 44)

Esta informação vai ao encontro do depoimento trazido por Calabre (2006), de uma entrevista de Sales Filho à revista *Voz do Rádio*, em 1935, sobre a resistência das emissoras paulistas em fazer a retransmissão – relato com o qual registramos uma resistência das emissoras privadas, ainda hoje observada na campanha da Abert, já no nascimento do programa. No entanto, a informação de que naquele momento o mesmo já era chamado de Hora do Brasil entra em conflito com o que pesquisou Eugênio Bucci (2008), para o qual o nome teria sido atribuído apenas em 1938, passando no ano seguinte para a responsabilidade do recém-criado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ainda sob a direção de Lourival Fontes.

A obrigatoriedade da retransmissão também é um dado impreciso na nossa pesquisa. Ela teria se dado a partir de 1937 para Perosa (1995), ou a partir de 1938 para Bucci (2009) e Lidiane Leite Matos (2001). Sendo que Calabre (2006) e Matos (2001) concordam sobre a data de 1939 para a veiculação nacional do programa, uma vez que até então ele era transmitido apenas no Distrito Federal. Especificamente sobre o formato da Hora do Brasil neste seu primeiro momento, Matos (2001) traz que ela se dividia entre os discursos do presidente e as ditas boa literatura e boa música, às quais se dedicava em seus minutos finais. Perosa (1995) relata ainda a presença de convidados :

De fato, embora tenha sido revelado o seu caráter de divulgadora oficial do governo, principalmente dos discursos de Getúlio, à *Hora do Brasil* coube também a irradiação de programas culturais, uma vez que seus últimos minutos foram dedicados à transmissão de sucessos da música popular brasileira. Nessa fase passaram pelo programa Herivelto Martins, as “cantoras do rádio” Carmem Miranda e Aurora Miranda, Francisco Alves, entre outros. (PEROSA, 1995, p.45)

Como Perosa (1995) menciona o programa como Hora do Brasil desde a sua versão de 1935, a qual Bucci (2008) e Matos (2001) defendem se tratar do Programa Nacional, não sabemos ao certo, em que momento ela analisa o formato da programação, no entanto, podemos supor que de 1935 a 1941 não houve uma mudança muito grande na estrutura do mesmo. Em 1939, no entanto, registramos o decreto nº 5.077, que determinava:

d) organizar um programa denominado "Hora do Brasil", que, realizado diariamente, será obrigatoriamente, retransmitido por todas as estações de "broadcasting" existentes no país; e) irradiar, durante o programa a que se refere a alínea anterior, uma crônica que versará sobre tema brasileiro, cuja divulgação possa constituir assunto de interesse coletivo; f) difundir, ampla e sistematicamente, na "Hora do Brasil", números musicais ou literários que manifestem o pensamento brasileiro. (BRASIL, 1939)

Tanto o historiador Antônio Tota (1987) quanto Perosa (1995) relacionam este momento do rádio no Estado Novo com os modelos de propaganda nazi-fascista. Sobre este tema, temos o depoimento trazido pela autora:

O Lourival Fontes trouxe aquela filosofia de propaganda do Mussolini. Ele foi à Itália numa delegação de futebol, foi recebido por Mussolini e andou estudando tudo aquilo. Voltou de lá apaixonado pelo regime fascista, principalmente em relação a propaganda. Quando veio o golpe do Estado Novo, um golpe realmente de características fascistas, ele se entendeu com Getúlio e resolveu então criar o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e nessa altura dos acontecimentos ele criou também a Hora do Brasil. (PALMEIRA, 1985 apud PEROSA, 1995, p.40)

No ano de 1946, no fim do primeiro governo Vargas, podemos marcar três mudanças relevantes: a extinção do DIP (o DPDC, rebatizado de Departamento de Imprensa e Propaganda na ditadura de Vargas), a criação do Departamento Nacional de Imprensa (DNI) e a concessão de dez minutos do programa ao Congresso Nacional. É importante destacar ainda que, na década de 1940, como ressalta Matos (2001), o programa teria se tornado menos atraente à medida que se dava a emergência do radiojornalismo em programas como Repórter Esso, Grande Jornal Falado Tupi e Matutino Tupi.

Com o retorno de Vargas ao poder, pelas urnas, em 1951, e a manutenção do espaço reservado ao Congresso, outro fato merece destaque: o programa passou a ser utilizado tanto pelo presidente, seu antigo idealizador, quanto pelo seu maior adversário político, Carlos Lacerda, então deputado federal. Neste momento, para Matos (2001), o a Voz do Brasil se tornou mais personalista. Perosa (1995) ilustra esta fase mencionando a edição do dia 13 de agosto de 1954, na qual Lutero Vargas se defende do atentado contra Carlos Lacerda, que aconteceu 8 dias antes: “[...] nesta hora em que a insânia de maus brasileiros, trabalhados por ódios pessoais e

mesquinhos, procura envolver meu nome numa trama engendrada e por eles próprios urdida, venho, diante da opinião pública denunciar essa manobra”” (PEROSA, 1995. p.66). Outra edição histórica deste mês turbulento, segundo a mesma autora, teria sido a do dia 24, quando a carta testamento de Getúlio foi lida integralmente após a notícia de seu suicídio.

É importante mencionar que, segundo aponta Matos (2001), o presidente João Fernandes Campos Café Filho, que governou o país de 1954 a 1955, logo após assumir a presidência, cedendo à pressão dos proprietários das emissoras de rádio, teria acabado com o programa. Mas mal a notícia fora divulgada pelas emissoras de rádio, ele teria voltado atrás pela necessidade de fazer um pronunciamento.

Sobre A Voz do Brasil a partir do governo militar, Matos (2001) coloca que o programa teria ficado a cargo da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) desde o mandato do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. No entanto, temos que a legislação que cria a assessoria data de 1968, através do decreto nº 62.119:

Art. 3º Fica instituída na Presidência da República a Assessoria Especial de Relações Públicas, com a finalidade de assessorar o Presidente da República nos assuntos de comunicação social.

§ 1º A função de Assessor Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas poderá ser exercida por civil ou oficial superior das Forças Armadas, diplomado em Relações Públicas.

§ 2º O Assessor Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas e os seus Adjuntos terão as regalias vantagens e prerrogativas, nas respectivas funções, correspondentes aos demais membros dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República.

§ 3º No que se refere aos regimes de administração de pessoal, os componentes da Assessoria Especial instituída por este artigo ficarão vinculados ao Gabinete Militar ou ao Gabinete Civil, de acordo com suas origens.

Art. 4º Observar-se-á o disposto no item VIII do art. 2º do Decreto número 56.596, de 21 de julho de 1965, para o atendimento dos serviços necessários à Assessoria Especial de Relações Públicas. (BRASIL, 1968)

Não conseguimos precisar ao certo se a Agência Nacional continuou produzindo o programa ou se a mesma fora incorporada pela AERP. Mas quando analisamos a criação da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), pelo decreto nº 83.993 de 1979, tendemos para a primeira hipótese, uma vez que a mesma fora criada a partir da subordinação da Agência Nacional à Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), criada pela Lei 6301 de 1975, e se manteve na produção do noticiário até 1988, quando foi extinta e incorporada à Radiobrás.

Ainda sobre a criação da AERP, Carlos Fico (1997) salienta que por parte de seus chefes era importante negar qualquer semelhança ao DIP. Fico defende que a maior diferença entre ambos está na questão técnica, como, por exemplo, a utilização do veículo televisão. Sobre as principais características da AERP, Fico (1997) destaca com base no *Jornal do Brasil*:

Em fevereiro de 1971 seria divulgado um Plano Global de Comunicação Social, durante um encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião foram revelados os

objetivos do governo com a propaganda. Falava-se em “mobilizar a juventude”; em “fortalecer o caráter nacional”; em estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação”. Todo um receituário que supunha “contribuir para a afirmação democrática” do país e que também pretendia “atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior”. Tinha-se por fito, portanto, uma atuação complexa, capaz de atingir objetivos bastante vagos (como o “fortalecimento do caráter nacional” e a “vontade de participação”, sem que se dissesse que tipo de participação seria esta) e de crítico dimensionamento moral nos anos 70, época já posterior à chamada liberalização dos costumes – tempos em que, certamente, não soariam modernos os apelos à “coesão familiar” e ao “amor à pátria”. (FICO, 1997, p.94)

Posteriormente, com a já mencionada criação da Radiobrás em 1975, a produção do programa A Voz do Brasil seria sua responsabilidade de 1988 até 2007. Todavia, salienta-se a Lei nº 6.650 de 1979, que decreta a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) subordinando a ela a Radiobrás e a EBN.

O período que se segue a partir daí, fica marcado por muitas mudanças em relação às empresas de comunicação do governo. A criação e extinção das mesmas aconteceu diversas vezes em questão de poucos meses. Por exemplo, em 1980, a Secom foi extinta por Figueiredo através do decreto nº 85.550, que também subordinou a EBN ao Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1981, no mês de janeiro, duas secretarias foram instituídas: a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa. Ambas foram logo extintas com o decreto n. 85.795 de 9 de março do mesmo ano, que instituiu a Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID).

A EBN, subordinada a Radiobrás, permaneceria a responsável direta pelo programa de 1979 até 1988, quando uma entrevista do Ministro Paulo Roberto Camarinha teria determinado o fim de seu próprio mandato e o fim da empresa que veiculou seu último pronunciamento público.

Eugênio Bucci (2008), narra este episódio no capítulo “Com a alma ferida”. O brigadeiro, então Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, concedeu no dia 16 de junho, uma entrevista a Eduardo Mamcasz, diretor superintendente da EBN na época, criticando o governo em questões como: a baixa remuneração dos militares, a manutenção de “marajás” no Legislativo e no Judiciário, a inflação, o congelamento da Unidade de Referência de Preços - índice base para o reajuste dos salários. Desafiando o então ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a promover o descongelamento: “senão, não precisa ser ministro, fica em casa e despacha papel” (CAMARINHA, 1988 apud BUCCI, 2008, p. 88). Dois dias depois, os jornais já anunciavam a demissão sumária do ministro, sendo que o decreto que extinguiu a EBN saiu no dia 22 daquele mesmo mês, incorporando sua estrutura e funcionários à Radiobrás, que agora passava a se chamar Empresa Brasileira de Comunicação, não mais de Radiodifusão (Bucci, 2008).

Salientamos este episódio para analisarmos a permanência de um padrão autoritário, na gestão das empresas públicas de comunicação, por parte do Executivo neste primeiro momento da abertura política. Todavia, consideramos já alguns marcos anunciados por Matos (2001), na estrutura do programa ainda no período da Ditadura Militar, que nos ajudam a analisar a sua transformação.

Sobre as características d'A Voz do Brasil no governo militar, ressaltamos a censura imposta pelo AI-5, em 1968. Matos (2001) destaca ainda, o pronunciamento de Gama e Silva, ministro da Justiça, após o anúncio da decretação deste Ato Institucional e o programa em que aconteceu a leitura da primeira lista de cassações. Os nomes de Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara não poderiam ser pronunciados, neste período em que chegaram a ocorrer demissões.

O programa teria ganhado um texto de caráter menos personalista, trazendo mais dados, recurso utilizado no gênero notícia em prol da objetividade. Caberia então aos números falarem sobre o crescimento do Brasil. Além disso temos que:

A abertura, tradicionalmente a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, foi substituída pelo Hino da Independência. Dez minutos foram reservados ao *Jornal Nacional*, com notícias de maior importância, de caráter oficial ou não, no âmbito nacional ou internacional. Vinhetas musicais foram incorporadas entre as notícias do governo. O programa também deu grande destaque, em especial durante a Copa do Mundo de 1970, ao noticiário esportivo. (MATOS, 2001, p.38-39)

O governo Geisel, por sua vez, a partir de 1974, marca o início da reabertura política, o que se reflete no programa.

Nesse sentido, o programa oficial tentou assumir características de um radiojornalismo mais dinâmico, ao estilo das emissoras privadas. Para tanto, foram introduzidas vinhetas (pequenas ilustrações musicais intra-noticiário), a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo. Além disso, a apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para suprimir o tom linear de uma única locução masculina. (PEROSA, 1995, p. 126)

Sobre o governo Sarney, já mencionamos o episódio mais agonizante do programa em sua gestão. Cabe ressaltar ainda que, antes da extinção da EBN, A Voz do Brasil sofreu algumas alterações, entre elas destaca Matos (2001): a volta do tema *O Guarani* na abertura; inserção de noticiário local e regional; intercâmbio com agências internacionais e maior interação com as rádios educativas e emissoras de TV; estilo de narração mais natural e coloquial; vinhetas com instrumentos regionais; e blocos como *O Brasil e a Constituinte* e *Brasil Entrevistas*.

Na produção da Voz, aderiu-se ao sistema de pautas jornalísticas, com a assinatura do repórter ao final da matéria, realizada no local do acontecimento. Algumas mudanças foram

marcas da transição para o controle da Radiobrás, na década de 1970: a apresentação de chamadas, a centralização da cobertura no Poder Executivo em detrimento das sucursais, o enxugamento da equipe exclusiva do programa e produção de matérias pela equipe de radiojornalismo da Radiobrás, dividida entre os setores governamentais.

Dito isto, destacamos que, sobre o governo Collor, Perosa (1995) aponta um retorno ao modelo de “objetividade propagandística” do primeiro período da Ditadura Militar. A abertura do programa mudou mais uma vez e passou a ser executada ao som de *Aquarela do Brasil* de Ari Barroso. Manteve-se o intuito de naturalizar a locução.

Entre a década de 1990 até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, escassas são as fontes sobre A Voz do Brasil. E diante desta escassez, mais uma vez, reportemo-nos aqui às mudanças apontadas por Matos (2001). A mais relevante talvez seja a concessão de 5 minutos para o poder Judiciário e um minuto para o Tribunal de Contas da União, que se deu em 1996.

Desde então, o programa se subdivide: numa primeira parte, com 25 minutos de duração, dedicada ao poder Executivo e produzido pela EBC Serviços; numa segunda, com apenas cinco minutos, para o Judiciário; numa terceira, com dez minutos, para o Senado Federal, e a última, com vinte minutos, para a Câmara dos Deputados. Sendo que às segundas, quartas e sexta-feiras, os poderes Executivo e Legislativo se revezam para conceder um minuto de programação ao Tribunal de Contas da União.

Bloco 2: Com a palavra, cidadania

Objetivo específico: pontuar quais as mudanças ocorreram n’A Voz do Brasil e na comunicação pública e governamental do país a partir do governo Lula.

O título do bloco “Com a palavra, cidadania” se refere ao discurso d’A Voz do Brasil a partir de 2003, o da informação enquanto um direito do cidadão. A cidadania é também a palavra-chave da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e da noção de comunicação pública defendida em sua criação.

Para entender este processo narramos esta trajetória que tem início com a posse de Lula, em 2003. Quem passou a presidir a Radiobrás a partir de então foi o jornalista Eugênio Bucci. Fez parte da gestão de Bucci a reformulação da missão e dos valores da empresa, em cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Foram formados dezessete Grupos de Trabalho, envolvendo 1050 funcionários, para desenvolver planos específicos para áreas que Bucci chamou de “mal resolvidas”. Um destes grupos de dedicou exclusivamente ao

desenvolvimento de um projeto chamado de “A nova Voz”. No dia 1º de setembro de 2003, os brasileiros escutaram pela primeira vez as novidades planejadas pela equipe. Além de uma nova vinheta, foi substituído o tradicional “Dezenove horas, em Brasília”, para “Sete da noite em Brasília”, frase que pode ser tida como símbolo da mudança de linguagem que ocorreu no programa.

Nesta época, a Radiobrás tinha 1147 funcionários e um orçamento executado, em 2002, de 72,4 milhões de reais. A rede era formada por quatro emissoras de rádio, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional da Amazônia e duas no Distrito Federal. Os canais NBr e a TV Nacional também eram responsabilidade da Radiobrás. A NBr, canal do governo federal, é transmitida pelas operadoras de TV à cabo. Já a TV tinha sinal aberto no Distrito Federal. Na internet, a Radiobrás mantinha a “Agência Brasil”.

Uma das providências de Bucci como gestor foi a contratação do jornalista Henri Cobata para trabalhar na área de recursos humanos da empresa. Cobata realizou 197 entrevistas em profundidade para avaliar os “humores” dos servidores. Na ocasião, apenas 10% dos funcionários avaliavam que seus gerentes mantinham um bom relacionamento com a equipe. Outro fator constatado foi que poucos gerentes tinham consciência de quantos funcionários eram seus subordinados. Diante deste quadro, foram promovidas demissões e admissões por concurso público. Entre o início de 2003 e 2005, 224 empregados foram afastados por iniciativa da direção, e 130 que pediram as contas. No início de sua gestão havia cerca de 460 pessoas admitidas sem concurso. Três anos depois, esse número caiu para cerca de 240.

Um ano depois de deixar a Radiobrás, em 2008, Bucci lançou o livro “Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula” relatando a experiência.

Em 2007 foi criada a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, e a jornalista Teresa Cruvinel foi quem assumiu a presidência da nova empresa. Por ser uma empresa de comunicação pública e não estatal, como a Radiobrás, a EBC conta com um Conselho Curador para que seja mantida a sua independência editorial.

Com a criação da EBC, a Radiobrás foi incorporada à nova empresa que é a atual responsável pela parte correspondente ao Executivo da Voz do Brasil, através da EBC Serviços, setor que, através de um contrato de prestação de serviço, é a responsável pela comunicação governamental do poder Executivo.

O atual presidente da EBC é o jornalista Nelson Breve, que assumiu em 2011 o cargo que fora, até então, ocupado por Teresa Cruvinel. Hoje, fazem parte da estrutura da empresa: dois

canais de TV - TV Brasil e TV Brasil Internacional - uma agência de notícias na internet, - Agência Brasil - além de nove rádios: Radioagência Nacional, Rádio Nacional AM Brasília, Rádio Nacional FM Brasília, Rádio Nacional AM Rio de Janeiro, Rádio MEC AM Brasília, Rádio MEC AM Rio de Janeiro, Rádio MEC FM Rio de Janeiro, Rádio Nacional do Alto Solimões e Rádio Nacional da Amazônia. A EBC Serviços produz o canal de TV NBr, os vinte e cinco minutos d'A Voz do Brasil referentes ao Executivo, os programas Café com o Presidente e Bom Dia, Ministro, e o Banco de Notícias, E edita ainda a Mídia Impressa, súmula de jornais, revistas e telejornais adquirida por órgãos da administração direta e indireta em Brasília.

Bloco 3: Inquietações

Objetivo específico: A Voz do Brasil, desde a data de sua criação, é alvo de críticas. Neste bloco buscamos reunir algumas questões que costumam ser pautadas tanto por quem defende quanto por quem se opõe a permanência do programa.

No atual contexto de controvérsia entre a defesa e o combate do programa A Voz do Brasil, se faz pertinente discutir sua trajetória mais recente, seus objetivos e a finalidade a que serve no âmbito atual da comunicação pública no país. As questões que este bloco busca tratar são “O material d'A Voz do Brasil é jornalístico, afinal quem são os profissionais que trabalham lá?”; “A transmissão d'A Voz do Brasil deveria deixar de ser obrigatória ou ter seu horário de transmissão flexibilizado?”; “É correto associar totalitarismo à ideia da obrigatoriedade de retransmissão d'A Voz do Brasil?” e por fim “ A existência d'A Voz do Brasil faz sentido no atual contexto da comunicação do país?”.

A comunicação pública é por si só uma área em expansão, não existe apenas uma concepção do que seria comunicação pública e de qual seria o seu papel. No cenário internacional, temos que alguns modelos de comunicação pública gozam de prestígio e respeitabilidade como no caso da British Broadcasting Company (BBC). Outros modelos, todavia, como da Telesur - Señal Informativo de América Latina, empresa venezuelana, são comumente reconhecidos como pouco confiáveis ou até tendenciosos.

No nosso país, a relação da população com serviços prestados pela Empresa Brasil de Comunicação, mais especificamente sobre A Voz do Brasil, foi assim verificada pelo Datafolha, entre 18 e 19 de fevereiro deste ano: dos 2.901 entrevistados em 135 municípios, 64% dos entrevistados consideram o programa como importante fonte de informações das ações e

propostas do governos. Porém, 68% são favoráveis à flexibilização do horário do programa, 22% são contra, e 6% não se posicionam, como divulgado pela Abert, em 27 de março deste ano².

Este reconhecimento da audiência em detrimento da crítica das emissoras privadas torna pertinente este trabalho que busca entender como se configura atualmente o programa em comparação com aquele da Era Vargas, período ao qual seus contestadores buscam remetê-lo. Para fazê-lo, é necessário nos reportarmos ao conceito de comunicação pública. No início da década de 1920, segundo Matos (2006), no contexto da implantação da radiodifusão no país, comunicação pública era tida como sinônimo de comunicação estatal. Ou seja, era entendida como um contraste em relação à comunicação privada. A mudança no conceito de comunicação pública teria ocorrido com o fim do Regime Militar, e se consagrado com a Constituição de 1988. A partir deste momento, segundo a autora, a comunicação pública passou a ser identificada como sinônimo de uma comunicação que se baseia pelos princípios: do interesse público; direito a informação; a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de comunicação de massa. Ou seja, um conceito que não mais se restringe à comunicação produzida a partir de financiamento público. Já Benetti Machado e Moreira (2005) abordam a questão dos jornalistas públicos, ou seja, aqueles contratados por setores públicos enquanto promotores da comunicação pública. Na conclusão do artigo *Jornalismo e informação de interesse público*, as autoras defendem que ainda que grande parte dos jornalistas públicos tenham relatado relativa independência e compromisso com o interesse público, a maior parte também admitiu não tomar iniciativa em divulgar informações negativas referentes aos órgãos onde trabalham. Para as autoras, isto impossibilita entendermos o trabalho por eles realizados como jornalismo, e ainda compromete a boa prática da comunicação pública.

4.2.2 Apuração/Gravações

Todas as gravações ocorreram no Laboratório de Rádio do curso de jornalismo da UFSC. A reforma do laboratório de Rádio impactou nesta etapa, já que a estrutura improvisada em outra sala não tinha tantos espaços para a gravação nem isolamento acústico. A apuração com fontes bibliográficas neste período se centrou no tema da comunicação pública, uma vez que já havia sido reunido um conjunto robusto de fontes acerca da história do programa. A Prof^a Maria Helena Weber, indicada pelo meu orientador, recomendou grande parte da bibliografia estudada neste período da apuração, o que foi de suma importância para que o diálogo com as fontes obtivesse qualidade.

² No já citado endereço eletrônico: <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/22508-abert-lanca-campanha-pela-flexibilizacao-da-voz-do-brasil>.

4.2.3 Entrevistas

Todas as entrevistas, com apenas uma exceção, foram realizadas por telefone com o uso da híbrida do Laboratório de Rádio do curso de jornalismo desta universidade. A seguir, reunimos informações básicas sobre cada entrevistado e informações relevantes de cada entrevista.

Ana Lusía Silveira: redatora d'A Voz do Brasil referente ao Senado, funcionária concursada com formação em Comunicação Social. A má qualidade do áudio e os ruídos da sala de onde ela falava comprometeram o uso da entrevista realizada com a profissional. Nesta entrevista telefonamos para Brasília, no telefone comercial da entrevistada, no Senado.

Bernardo Kucinski: pesquisador que também atua na área da comunicação, é professor aposentado da Universidade de São Paulo. Kucinski foi um dos primeiros contatados para esta reportagem, mas a data da entrevista foi uma das mais tardias uma vez que entendi ser necessário já ter boa parte das entrevistas realizadas para ter condições de elaborar uma pauta de entrevista que permitisse ao pesquisador traçar um panorama geral sobre os assuntos abordados na reportagem. Por fim, na edição, constatou-se que a sua fala quebraria de forma muito brusca a lógica da reportagem que se limitou a fontes diretamente envolvidas com o programa. A má qualidade técnica da gravação foi outro fator que considerei quando optei por não utilizar este áudio. Nesta entrevista telefonamos para São Paulo, no telefone residencial do entrevistado.

Cesar Valente: jornalista que atuou durante um ano na Empresa Brasileira de Notícias, estatal que produzia A Voz do Brasil nas décadas de setenta e oitenta. Valente compôs a equipe após a eleição do presidente Tancredo Neves, em 1985. Foi a única entrevista gravada no estúdio da rádio, em Florianópolis, logo, a entrevista com melhor qualidade sonora.

Cíntia Caldas: jornalista que é chefe da secretaria de comunicação social do Tribunal de Contas União e atua na edição e, ocasionalmente, na locução do Minuto do TCU, espaço do Tribunal n'A Voz do Brasil. Nesta entrevista telefonamos para Brasília, no telefone comercial da entrevistada, no Tribunal de Contas da União.

Eugênio Bucci: jornalista que presidiu a Radiobrás entre 2003 e 2007. Atualmente é professor da Universidade do Estado de São Paulo (USP). A gravação foi interrompida duas vezes quando o entrevistado necessitou atender outras ligações. Nesta entrevista, telefonamos para São Paulo, no telefone comercial do entrevistado, na Escola de Comunicação e Artes da USP.

Luis Roberto Antonik: diretor-geral da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) que lançou a campanha “A Voz que queremos ouvir” em apoio ao projeto de lei pela flexibilização do horário de retransmissão d’A Voz do Brasil. Nesta entrevista telefonamos para Brasília, no telefone comercial do entrevistado, na sede da ABERT.

Márcio Sardi: jornalista editor-chefe d’A Voz do Brasil da Câmara dos Deputados, funcionário concursado da Câmara. Devido aos atentados contra ônibus do transporte coletivo de Florianópolis, durante o mês de outubro deste ano, tivemos que remarcar várias vezes a data da entrevista, ocasião em que Sardi se mostrou muito solícito. Nesta entrevista telefonamos para Brasília, no telefone comercial do entrevistado, na Câmara dos Deputados.

Marina Fauth: jornalista que atua na edição e na locução dos cinco minutos do Judiciário n’A Voz do Brasil. Assim como Sardi, se mostrou muito solícita nas ocasiões em que a data da entrevista precisou ser remarcada. Nesta entrevista, telefonamos para Brasília, no telefone comercial da entrevistada, na sede do Supremo Tribunal Federal.

Marinor Brito: ex-senadora paraense que propôs o projeto de lei que torna A Voz do Brasil patrimônio imaterial. Quando contatada, a ex-senadora estava em campanha em seu estado. Na primeira data que marcamos para a entrevista não consegui contatá-la, posteriormente ela se desculpou por não haver na localidade onde se encontrava sinal de telefonia celular. Uma nova data foi marcada. Nesta entrevista telefonamos para o telefone celular da entrevistada, de prefixo do estado do Pará.

Maurílio Ferreira Lima: ex-deputado pernambucano que geriu a Radiobrás no governo de Fernando Henrique Cardoso. No áudio da entrevista ouve-se uma música ao fundo. Este detalhe não foi percebido no momento da gravação, que teve problemas técnicos como a interrupção da ligação, o que exigiu uma nova ligação para a conclusão da entrevista. Nesta ocasião telefonamos para o Recife, no telefone residencial do entrevistado.

Nelson Breve: jornalista e diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação desde 2011. Antes de começarmos a entrevista, Breve, que possui experiência em rádio, detectou ruído na híbrida e se dispôs a remarcá-la, já que não conseguimos solucionar o problema de imediato. Nesta entrevista telefonamos para Brasília, no telefone comercial do entrevistado, a Empresa Brasil de Comunicação.

Teresa Cruvinel: jornalista e ex-presidente da Empresa Brasil de Comunicação. Não consegui retorno de Cruvinel nas primeiras ligações. Quando obtive retorno, o cronograma do trabalho

estava apertado, e a entrevistada se dispôs a conceder a entrevista em meio a uma mudança para não deixar de colaborar com a reportagem. A gravação, assim com no caso de Maurílio Ferreira Lima, chegou a ser interrompida por problemas técnicos, o que não prejudicou a entrevista porque também neste caso foi possível fazer um novo contato e finalizar a gravação. Nesta entrevista telefonamos para Brasília, no telefone residencial da entrevistada.

4.2.4 Roteiro

O Roteiro foi pensado de maneira a cumprir os três principais objetivos da reportagem: traçar um panorama da história d'A Voz do Brasil, a partir deste panorama pontuar as alterações ocorridas no período desde 2003, e por fim debater questões que são contemporâneas ao programa, em busca de contribuir para o debate acerca da comunicação pública. Os dois primeiros blocos seguem uma cronologia de fatos envolvendo A Voz do Brasil e, no segundo bloco, a comunicação pública no país. Este padrão é quebrado no terceiro bloco que segue uma lógica temática, reunindo perguntas-chave e organizando respostas para as mesmas.

O componente musical foi importante para dar ritmo ao trabalho. Como música de fundo, ou, como se refere a sigla americana, BG, se utilizou o samba instrumental do álbum A Fantástica Bateria, de 1975. O samba passou a ser valorizado como produto da nossa cultura, após o governo Vargas, período em que foi criada A Voz do Brasil. Por refletir uma noção de brasilidade, intuito presente também no programa, foi escolhido este gênero musical para a música de fundo. Algumas canções ilustram referências do texto do roteiro, como a cantora Carmem Miranda que teria se apresentado n'A Voz do Brasil, "O que é que a baiana tem" foi utilizada para ambientar este momento da narrativa do programa. O Guarani de Carlos Gomes teve grande destaque pela sua presença marcante durante toda a história do programa. La prima cosa Bella, de Nicola Di Bari, utilizada como BG, foi um recurso para ambientar a narrativa sobre a influência italiana no trabalho de Lourival Fontes. Peixe Vivo, de Milton Nascimento, foi utilizada para remeter a memória do ouvinte à figura de Juscelino Kubitschek. O Jingle Varre Varre Vassourinha, por sua vez, foi usado em alusão a Jânio Quadros. Hasta Siempre Comandante, do Buena Vista Social Club, foi a trilha utilizada para ambientar a narração sobre a condecoração de Ernesto Che Guevara e a posição contrária do Brasil em relação ao embargo econômico americano à Cuba. "Menestrel das Alagoas", de Fafá de Belém foi utilizada em alusão às Diretas Já, na introdução do entrevistado Cesar Valente. "Anunciação", de Alceu Valença, foi utilizada para ambientar a introdução da entrevista de Maurílio Ferreira Lima, de

origem pernambucana, Maurílio é o único entrevistado com sotaque nordestino. Nas vinhetas foram utilizadas: “A Voz do Brasil”, da banda Khorus, para a vinheta principal, por ter conexão com o título do radiodocumentário, “O Guarani”, de Carlos Gomes, para a vinheta do bloco 1, História d’A Voz, por se tratar da parte histórica e esta música ter estado presente já na primeira transmissão d’A Voz do Brasil, “Pacato Cidadão”, da banda Skank, por se referir ao título do bloco 2, Com a palavra, cidadania; e “Não vem que não tem”, de Wilson Simonal compôs a vinheta do bloco 3 “Inquietações” e a BG das indagações feitas nesta parte da reportagem, o ritmo e a letra da canção se adequam a proposta de fazer o ouvinte ficar inquieto, intrigado.

4.3 FORMATO

A escolha do formato audiodocumentário se deu pela relação do meio rádio com o tema da reportagem. Inaugurado no Brasil em 1922, quando no centenário da Independência, o rádio só se consolidou até que houvesse de fato o interesse governamental em sua expansão. Lia Calabre (2006) ressalta que neste *debut* do rádio no Brasil, havia no mundo dois modelos em hegemonia na radiodifusão. Um pautado na educação e no controle estatal e outro estritamente comercial, sendo que, de maneira muito geral, os países europeus seriam mais adeptos ao primeiro e os Estados Unidos, pioneiro no segundo.

No Brasil, a autora ressalta ainda a figura de Edgar Roquette-Pinto como representante da defesa do modelo europeu, no início da radiofonia no país, mas a situação financeira das rádios diante da realidade comercial nos anos 20 fazia lenta a expansão do veículo. Até 1931, o decreto nº 16.657 de 1924 aprovava o regulamento que organizava as rádios em sociedades civis, não podendo comercializar o horário da programação, numa analogia que podemos fazer hoje às rádios comunitárias. A expansão só foi então impulsionada pelo governo pelas já mencionadas legislações de 1931 e 1932, mais especificamente os decretos nº 20.047 e nº 21.11136.

Por ter sido através das ondas do rádio que estreou e se popularizou A Voz do Brasil, entendemos que o meio mais adequado para reportar o conteúdo deste trabalho jornalístico é o meio radiofônico. Ainda que possa haver audiência disposta a ler sobre este tema, o formato radiofônico, além de mais coerente com o objeto da reportagem, é mais democrático. E ainda que houvesse a possibilidade de elaborar um produto em vídeo ou multimídia, acreditamos que

uma reportagem em rádio sobre A Voz do Brasil é um formato amplamente abrangente como nos demonstra William E. Biernatzki:

Em 1991, a Unesco informou que havia mais de 2 bilhões de aparelhos receptores em uso em todo o mundo, em contraste com apenas 831 milhões de aparelhos de TV e 540 milhões de linhas de telefone. O rádio, portanto, tornou-se um meio de massa por excelência, mas ele tem passado por muitas mudanças em suas formas de uso e, com a digitalização, está prestes a sofrer alterações técnicas significativas, que terão vastas implicações em seus usos social e cultural. (BIERNATZKI, 1999)

Quando atualizamos estes dados, e focamos na realidade brasileira, temos que, também segundo a Unesco, em pesquisa realizada entre 2005 e 2006, 97% da população possui televisão e 90% possui rádio. De qualquer forma, em ambos os exemplos, as pesquisas confirmaram que o rádio é um meio de comunicação extremamente popular.

5 RECURSOS E EQUIPAMENTOS

Os equipamentos que foram utilizados para a produção de conteúdo são da Universidade Federal de Santa Catarina (estúdio de rádio para a gravação das entrevistas por telefone e da locução) ou próprios, como notebook. Os livros usados para o estudo teórico pertencem a Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC), salvo os de acervo pessoal ou disponíveis on line.

6 AVALIAÇÃO

6.1 Dificuldades

Durante esta reportagem encontramos dificuldades de várias ordens. Quanto a fatores técnicos, o Laboratório de Rádio passava por reformas e uma nova estrutura teve que ser improvisada em uma sala sem isolamento acústico, somando a falta de isolamento com a baixa qualidade de áudio típica de ligações telefônicas, os áudios das entrevistas ficaram muito prejudicados, inclusive por falhas minhas ao interpelar os entrevistados durante pausas de suas falas, ao pensar que eles já tinham encerrado as mesmas. A marcação de horários para as entrevistas também foi prejudicada já que só havia um local de gravação para todos os projetos da Rádio.

Alguns entrevistados estavam em campanha ou envolvidos diretamente na campanha presidencial. Tentamos contatar Thomas Traumann, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Franklin Martins, ex-ministro do governo Lula, Perpétua

Almeida, deputada federal pelo Acre que propôs o projeto de lei pela flexibilização d'A Voz do Brasil e de início todos se opuseram a conceder entrevista durante a campanha. Posteriormente a assessoria de Traumann informou que o ministro não possuía agenda para trabalhos acadêmicos; Franklin Martins comunicou que só voltará a tratar o tema da regulamentação da mídia quando a presidenta Dilma Rouseff tomar uma posição a respeito, e o assessor da deputada não atendeu mais às minhas ligações.

Estar afastada da produção radiofônica foi um grande empecilho para este trabalho quando no momento de edição do material. Nas últimas disciplinas do curso e no meu estágio em assessoria de comunicação eu estive muito mais envolvida na produção escrita. O texto para rádio tem outras características e foi um desafio retomar o aprendizado dos primeiros semestres do curso. Admito que eu poderia ainda ter sido menos formal em alguns trechos da locução, mas mesmo com estas dificuldades penso que não seria o caso de fazer uma reportagem sobre A Voz do Brasil em outro formato.

6.2 Aprendizado

Os doze entrevistados me ajudaram a pensar A Voz do Brasil e a comunicação pública de forma muito mais ampla. Neste trabalho pude exercitar a parte que me é mais apaixonante no jornalismo, a apuração. Falar com pessoas de diversas regiões do país e extrair delas informações, histórias e emoções foi realmente gratificante.

Transformar tudo isto em um produto que pode ser acessado por um público tão vasto como o do rádio foi um desafio e uma oportunidade de fortalecer minha relação com o meio. Se o afastamento da produção radiofônica foi uma dificuldade, também foi um aprendizado importante neste trabalho. Fico feliz por terminar o curso praticando o radiojornalismo, uma das áreas que mais me encantam na profissão. Durante este período pude entrar em contato também com a comunicação pública, área que me trouxe ao curso. E depois desta reportagem, sinto-me ainda mais instigada a atuar na comunicação pública do nosso país.

7 REFERÊNCIAS

ABERT < <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/22508-abert-lanca-campanha-pela-flexibilizacao-da-voz-do-brasil> > Acesso em: 4 de jul. 2014.

BENETTI, M.; MOREIRA, F.B. Jornalismo e informação de interesse público. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, 2005, p. 117-124.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas:** a Guerra entre a Chapa-branca e o Direito à Informação no Primeiro Governo Lula. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008

BIERNATZKI, W. E. Rádio: História e abrangência da Era Digital. **Comunicação & Educação**, São Paulo, [161 : 43 a 62, set./dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36880/39602>

CALABRE, Lia. **O rádio na sintonia do tempo:** radionovelas e cotidiano (1940-1946). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

EBC Serviços: <www.ebc.com.br> Acesso em: 18 nov. 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MATOS, L. L. Voz do Brasil: Do Estado Novo ao século XXI. 2001. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2001.

MATOS, M. H. G. de. Comunicação Política e Comunicação Pública. **REVISTA ORGANICOM**. Comunicação Pública e Governamental. São Paulo: ABRACORP/USP, Ano 3, No.4, 2006.

MATTOS, Ediane Teles. Avaianas e Alvinegras: Por trás de grandes clubes de futebol, grandes mulheres. 2013. Relatório de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

PEROSA, L. M. F. de L.. **A hora do clique:** análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: ANNABLUME: ECA-USP, 1995.

PLANALTO Federal <www.planalto.gov.br> Acesso em: 4 de jul. 2014.

TOTA, A. P. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, L. P. B. A Voz do Brasil, a voz da cidadania no rádio: um estudo sobre o programa (2003 a 2012). 2012. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

UNESCO: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158502por.pdf> > Acesso em: 4 de jul. de 2014.

8 BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO. P. E. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE. Jorge. **Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRIGGS, Asa,; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. 377 p.

BRITISH Broadcasting Company <http://www.bbc.co.uk/historyofthebbc/resources/in-depth/reith_1.shtml> Acesso em: 5 out. 2012.

BUORO, C. M. Bibliocom, Eugênio Bucci: um pensador do jornalismo em defesa do direito à Informação. Bibliocom ano 2, #07, janeiro a abril de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/bibliocom/sete/pdf/cibele-buoro.pdf>

CARVALHO, J.M. **Cidadania do Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASA do Radioamador <<http://www.casadoradioamador.org.br/PadreLandellMoura01.html>> 25 out. 2012.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas> 24 set. 2012.

DUARTE, J. **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**. Petrópolis, v. 94, no. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FIO Cruz: <<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> > Acesso em: 26 out. 2012.

LOCUTOR.INFO < http://www.locutor.info/index_audios_historicos.html> Acesso em: 15 nov. 2012.

MEDITSCH, Eduardo. . **Teorias do rádio:** textos e contextos. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

MEMORIAL Landell de Moura < http://www.memoriallandelldemoura.com.br/landell_artigos_padre_ciencia.html> Acesso em: 15 nov. 2012.

MIOLA, Edna. Representações do Jornalismo sobre a radiodifusão pública: o debate em torno da criação da Empresa Brasil de Comunicação Pública. **Revista Compolítica**, n.2, v.1. ed, set-out de 2011.

PARADA, M. **Rádio:** 24 horas de jornalismo. São Paulo: Panda, 2000.

RÁDIO Câmara <<http://www2.camara.leg.br/radio/programa/124-VOZ-DO-BRASIL.html>> Acesso em: 17 nov. 2012.

RÁDIO Justiça <<http://www.radiojustica.jus.br/vozBrasil!init.action?menuSistema=mn311>> Acesso em: 17 nov. 2012.

RÁDIO Senado <http://www.senado.gov.br/noticias/Radio/programaListaPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=&ORDEM=0&QUERY=&COD_PROGRAMA=&pagina=1> Acesso em: 17 nov. 2012.

ZUCULOTO, V. R. M. Radiojornalismo público brasileiro: proposta de investigação histórica sobre experiências contemporâneas de redes, sistemas e produções conjuntas. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (Org.). **Mídias Sonoras em 4 dimensões**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/midiasonoraII.pdf>

_____. **A programação das rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

9 ANEXO

9.1 ROTEIRO DO PROGRAMA A VOZ QUE NÃO SE CALOU

TEC - Roda Vinheta do programa A Voz que não se calou
Roda vinheta programa A Voz do Brasil
Roda BG

LOC.: Esta é a Voz que o Brasil escuta no rádio, de segunda à sexta, às sete horas da noite

LOC.2: É assim desde mil novecentos e trinta e cinco.

LOC.: A Voz do Brasil transmite a todo o país um noticiário produzido por cinco instituições públicas.

LOC.2: O Executivo, a Câmara dos Deputados, o Senado, o poder Judiciário e o Tribunal de Contas da União.

LOC.: Nesta reportagem você ouvirá a história deste programa, especialmente, no que diz respeito às mudanças que ocorreram a partir de dois mil e três, no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

LOC 2.: Quando a palavra cidadania ganhou destaque e o programa lançou o slogan:

LOC.: “a sua voz..

LOC 2.: “ a nossa voz”

LOC e LOC 2 : “a Voz do Brasil”

LOC 2.: Dividimos a reportagem em três blocos. No primeiro, você ouve a história do programa da década de trinta até o dois mil três. No segundo você fica sabendo o que mudou n’A Voz do Brasil com o governo Lula. E no terceiro e último bloco tratamos de questões polêmicas sobre A Voz do Brasil.

TEC.: Roda vinheta bloco “História d’A Voz”
Roda BG A Fantástica Bateria

LOC 2.: Segundo a pesquisadora Lilian Perosa, a primeira transmissão d’A Voz do Brasil data de vinte e dois de julho de mil novecentos e trinta e cinco.

LOC.: O responsável pela produção do Programa Nacional, como era chamado na época, era o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, o DPDC.

LOC. 2: Criado pelo governo Getúlio Vargas, o DPDC era comandado por Lourival Fontes, um dos principais intelectuais do Estado Novo.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria
Roda BG O Guarani

LOC.: O primeiro programa já tinha na vinheta de abertura a ópera O Guarani, de Carlos Gomes, e foi transmitido dos estúdios da Rádio Guanabara, no Rio de Janeiro, e apresentado pelo locutor Luiz Jatobá.

LOC.2: A ópera O Guarani foi veiculada na primeira transmissão de rádio do país, na comemoração do centenário da independência, em mil novecentos e vinte e dois.

LOC. : Na ocasião, o público ouviu através de um telefone auto-falante o discurso do presidente Epitácio Pessoa e a transmissão ao vivo da ópera O Guarani que foi executada no Teatro Municipal.

TEC.: Baixa BG O Guarani
Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.2: Além da presença d'O Guarani na vinheta da d'A Voz do Brasil, outro fator que permanece até hoje é a resistência das radioemissoras privadas em relação a transmissão do programa.

LOC.: Segundo a pesquisadora Lia Calabre, já em trinta e cinco, quando a retransmissão ainda não era obrigatória, os empresários do rádio de São Paulo se posicionavam contra a possibilidade de transmitir o programa.

LOC. 2: A obrigatoriedade veio três anos depois, em trinta e oito, junto com a mudança do nome do Programa Nacional para Hora do Brasil.

LOC.: Neste ano, o programa passou a ser responsabilidade do recém criado Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, ainda sob a direção de Lourival Fontes.

LOC. 2: Quem ligava o rádio às sete da noite, ouvia os discursos do presidente Getúlio Vargas..

TEC.: Baixa BG
Roda Áudio Hora do Brasil
Roda BG O que é que a baiana tem

LOC .: E nos minutos finais a cultura dava o tom d'A Voz do Brasil, com música brasileira de cantores consagrados como Francisco Alves, Aurora e Carmem Miranda.

LOC. 2: A legislação da época determinava qual deveria ser o conteúdo do programa.

TEC.: Baixa BG O que é que a baiana tem

LOC.: Números musicais ou literários que manifestassem o pensamento brasileiro faziam parte da programação.

LOC.2: A pesquisadora Lilian Perosa associa esta fase d' A Voz do Brasil com o modelo de propaganda nazi-fascista de rádio. (Luci)

TEC.: Roda BG La Prima Cosa Bella

LOC.: Lourival Fontes, diretor do DIP na época, visitou a Itália de Mussolini e se inspirou na rádio produzida pelo Estado italiano.

LOC. 2: Mas o fim da Segunda Guerra e do primeiro governo Vargas, no ano de quarenta e cinco, refletiu em mudanças na Hora do Brasil (Luci)

LOC. : No ano seguinte, o DIP foi extinto, dando lugar ao Departamento Nacional de Imprensa, o DNI.

LOC.2: Foi neste ano que o programa ganhou seu nome atual: “A Voz do Brasil”.

LOC. : E o Congresso Nacional passou a ocupar dez minutos na programação.

TEC.: Baixa BG La Prima Cosa Bella

LOC.2: Como explica o editor-chefe d’A Voz do Brasil produzida pela Câmara dos Deputados, Márcio Sardi.

TEC.: Roda Sonora SARDI CONGRESSO (51s)

Deixa inicial: Olha, realmente até 45, era só de responsabilidade do poder Executivo. na verdade a partir de 46 também era tudo de responsabilidade do poder Executivo, que fazia inclusive a parte do Congresso. A partir de 63 apenas é que o Congresso passou a produzir o seu noticiário dentro d’A Voz do Brasil. Então na verdade entre 46 e 73, e 63, quase vinte anos, apesar de ser um espaço devotado às notícias do Congresso, da Câmara e do Senado, ainda assim, era produzido pelo governo federal, pelo poder Executivo. A partir de 63, é que se começou a ter equipe própria tanto do Senado quanto da Câmara pra produzir as notícias, né?

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: O programa não ficou muito tempo sob responsabilidade do Departamento Nacional de Imprensa.

LOC. 2: Já em quarenta e sete, um ano depois da sua criação, a Agência Nacional deixou de ser subordinada ao departamento, passando a responder sozinha pelo programa.

LOC.: A partir de cinquenta e um, com Vargas na presidência outra vez, e com Carlos Lacerda no Congresso, A Voz do Brasil se tornou mais personalista.

LOC. 2: No fatídico agosto de cinquenta e quatro, duas edições se destacaram. Na do dia treze, Luterio Vargas se defendeu da acusação de estar envolvido no atentado sofrido por Carlos Lacerda.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria

LOC. 2: E na edição de vinte e quatro de agosto de mil novecentos de cinquenta e quatro, os brasileiros ouviram n’A Voz do Brasil a carta testamento de Getúlio Vargas, depois a notícia de seu suicídio.

TEC.: Áudio Carta-testamento (38s)

LOC.: Após a morte de Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência.

LOC. 2: Cedendo a pressão das emissoras de rádio, ele teria acabado com o A Voz do Brasil.

LOC.: Mas mal a notícia foi divulgada pelas radioemissoras, Café Filho voltou atrás pela necessidade de fazer um pronunciamento.

LOC. 2: Até o governo militar, o programa não sofreu muitas alterações em seu formato. Mas algumas edições merecem destaque.

TEC.: Roda BG Peixe Vivo

LOC.: No governo de Juscelino Kubitschek, o programa fez a cobertura da construção de Brasília, o que exigiu o deslocamento de repórteres desde a fase inaugural das obras.

LOC. 2: No dia vinte e um de abril de sessenta, A Voz do Brasil foi toda dedicada à inauguração da nova capital sendo retransmitida até pela Rádio Vaticano.

TEC.: Baixa BG Peixe Vivo
Roda BG Jingle Vassourinha

LOC.: No governo de Jânio Quadros, as edições mais marcantes foram as que anunciaram medidas polêmicas como: a proibição do lança-perfume, dos desfiles com maiô-cavado e das brigas de galo.

TEC.: baixa BG Jingle Vassourinha
Roda BG Hasta Siempre Comandante

LOC 2: Mas nenhuma causou mais repercussão que a transmissão sobre a condecoração de Ernesto Che Guevara com a grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em agosto de sessenta e um.

LOC.: Já no governo João Goulart, A Voz do Brasil noticiou a posição contrária do Brasil ao embargo a Cuba, proposto pelos Estados Unidos, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos, em Punta Del Este, Uruguai.

TEC.: Baixa BG Hasta Siempre Comandante

LOC. 2: Outro programa inesquecível da época de Jango foi a transmissão do comício da Central do Brasil realizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores.

TEC: Roda Áudio Comício (24s)

LOC.: Esta edição teria reforçado na parte conservadora da população um sentimento de desordem e caos, argumentos que seriam utilizados para o golpe civil e militar de mil novecentos de sessenta e quatro.

LOC. 2: Duas semanas depois do comício, em trinta e um de março, o Brasil viveu o início do golpe militar.

LOC.: Castelo Branco assumiu a presidência do país.

TEC.: Roda áudio leitura do AI-5 (38s)
Roda BG Hino da Independência

LOC.: Já no regime ditatorial, foram criados novos órgãos para gerir a comunicação do governo.

LOC. 2: A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, a Aerp, data de mil novecentos e sessenta e oito.

LOC.: Mesmo ano em que foi baixado o Ato Institucional nº5.

LOC.: Naquele período, os nomes de Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara não poderiam mais ser pronunciados no programa.

LOC. 2: Em questão de estilo, é a primeira vez que se registra a tentativa de aderir a um formato noticioso, objetivo.

LOC.: A abertura, com a música da ópera O Guarani, de Carlos Gomes, foi substituída pelo Hino da Independência.

LOC. 2.: Dez minutos foram reservados ao Jornal Nacional, um bloco com notícias oficiais e extra-oficiais de âmbito nacional ou internacional.

LOC.: Vinhetas musicais também foram incorporadas entre as notícias do governo.

LOC. 2: E A Voz do Brasil, nessa época, deu grande destaque ao noticiário esportivo, principalmente durante a Copa do Mundo de setenta.

LOC.: Apenas em setenta e quatro, no governo de Ernesto Geisel, a voz feminina finalmente teve espaço n'A Voz do Brasil.

LOC. 2: A apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para acabar com o tom linear de uma única locução masculina.

LOC. : No ano seguinte, em setenta e cinco, foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobrás.

LOC.2: Mas o programa só deixaria de ser produzido pela Agência Nacional, em setenta e nove quando foi criada a Empresa Brasileira de Notícias, a EBN.

LOC. 2: Tanto a EBN quanto a Radiobrás ficariam subordinadas a Secretaria de Comunicação Social (Secom), também instituída junto a EBN.

LOC.: A Secretaria de Comunicação Social permanece até os dias atuais.

LOC. 2: Neste período da década de setenta, o programa tentou assumir características de um rádio jornalismo mais dinâmico, ao estilo das emissoras privadas.

LOC.: Vinhetas foram introduzidas, junto a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo.

TEC.: Baixa BG Hino da Independência

Roda BG “Menestrel das Alagoas”

LOC.2: Em oitenta e cinco, no período de reabertura política, o programa A Voz do Brasil sofreu ainda mais mudanças.

LOC.: E quem nos conta isso é jornalista Cesar Valente, que fez parte da equipe da Empresa Brasileira de Notícias na época.

TEC.: Baixa BG “Menestrel das Alagoas”

Roda SONORA CESAR MUDANÇAS N’A VOZ (1min30s)

Claro que a gente também encomendou pra um músico uma batida nova para o Guarani, né? Foi a primeira vez que mexeram no Guarani, no arranjo original. E entrou uma batida.. meio lembra essa batida que está hoje.. Então se deu uma agitada um pouco no Guarani, Se aprimorou a forma de se apresentar. Se treinou melhor os locutores e se aprimorou também, né? As pessoas que escreviam eram mais profissionais também e veio esse pessoal de São Paulo que trabalhava em programas muito famosos.. Em todo caso, o programa teve vários encrementos em vários aspectos.

Luciana: O radiojornalismo comercial daquela época já não tinha mais aquele locutor empolado, A Voz do Brasil estava atrasada, ou?

Cesar: Sim, A Voz do Brasil tava um pouco atrasada, por isso a gente procurou saber quem tava fazendo o melhor rádio naquela época, pra tentar fazer uma coisa um pouco mais moderna e um pouco mais viva. (1min30s)

LOC. 2: O jornalista Cesar Valente fez parte da equipe da EBN, durante um ano. No início de oitenta e seis, saiu da empresa por não concordar com os rumos à direita que levava o governo Sarney .

LOC.: A EBN foi extinta dois anos depois de sua saída, em mil novecentos e oitenta e oito. E o episódio que marcou o seu fim teve como palco A Voz do Brasil.

TEC.: Roda BG Aquarela do Brasil.

LOC. 2: Na década de noventa, o modelo de “objetividade propagandística” do primeiro período da Ditadura Militar teria retornado com o governo Collor.

LOC.: E a música de abertura d’A Voz do Brasil passou a ser Aquarela do Brasil de Ari Barroso.

LOC. 2.: Em noventa e seis, o Judiciário passou a ter cinco minutos n’A Voz do Brasil.

LOC.: E quem nos conta mais sobre este assunto é Marina Fauth, jornalista que atua na edição e na locução dos cinco minutos do Judiciário n’A Voz do Brasil.

TEC.: Baixa BG Aquarela do Brasil

Roda SONORA MARINA JUDICIÁRIO (48s)

Eu conversava, Luciana, quando fui convidada por ti pra que a gente pudesse fazer essa conversa.. eu conversei com um dos nossos âncoras aqui da Rádio Justiça, o jornalista Valter Lima, que é um dos personagens d’A Voz do Brasil, ele também como jornalista da EBC, da Radio Nacional. E ele contava essa história, né? De que o ministro Sepúlveda Pertence, ainda vivo, foi quem, à época presidente da Suprema Corte, que sugeriu ao presidente da República, ainda também nesse período, ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pra que o Judiciário

tivesse então um espaço n'A Voz do Brasil. Que tivesse cedido ali do Executivo cinco minutos. E assim então foi acertado, e nós estamos até hoje com os cinco minutos ali com os destaques do Judiciário. (48s)

LOC. 2: Ainda em noventa e seis, o Tribunal de Contas da União também conquistou espaço no programa.

LOC.: É o que nos explica Cintia Caldas, diretora da secretaria de comunicação do TCU.

TEC.: Roda SONORA Cíntia TCU (55s)

Na época o presidente do TCU era o Marcos Vilaça, e aí ele.. acho que era uma coisa assim, uma coisa que sempre foi.. é teve essa expectativa, o Tribunal sempre teve essa expectativa de ter um espaço pra veicular suas próprias notícias, né? E aí.. tinha-se, via-se uma importância muito grande n'A Voz do Brasil e foi pleiteado esse espaço.. E aí foram conversando com a Câmara, com o Senado.. Até porque, assim, o TCU é um Tribunal mas a gente faz parte, a gente é vinculado ao poder Legislativo. Então a primeira.. O órgão mais próximo seria Câmara e Senado, o Congresso Nacional. Então foi pedido esse minuto pra Câmara e para o Senado, e também foi pedido também pra Radiobrás. Aí foi toda uma conversa, uma negociação.. que foi em noventa e cinco, e em mil novecentos e noventa e seis já estava sendo veiculado.

TEC.: Roda BG Anunciação

LOC.: Neste momento do governo FHC, Maurílio Ferreira Lima foi presidente da Radiobrás. Na época, em entrevista a Istoé, disse que A Voz do Brasil era uma espécie de prestação de contas do governo.

TEC.: Baixa BG Anunciação

Roda SONORA MAURÍLIO VOZ (1min29s)

Procuramos fazer, né? Eu disse vamos tentar fazer se a gente não faz uma coisa só de loas, chapa-branca, entendeu? Bota no meio uma crítica, algo pra dar um tempero, compreende? Porque as pessoas hoje, aí.. [inaudível]...Fulano é bom, é ótimo, é isso... Aí parece o jornal daqueles *doido* da Coréia.. Do Kim Il-sung e os decendentes, né? São cinquenta páginas e cinquenta páginas só fala dele, né? Então não é! Hoje, tudo tem que ser plural, tudo tem que se ouvir os dois lados, compreende? Tudo você tem que dar a palavra, a versão e a contraversão. É isto o que o povo quer. Você estuda jornalismo, aí em Santa Catarina e o seu curso deve ensinar isso a vocês...

(Luciana) Com certeza. Mas o senhor acha que conseguiu fazer isso durante a sua gestão, n'A Voz do Brasil?

(Maurílio) Olhe! Não.. Ah.. Consegui! Consegui! Consegui fazer um noticiário, eu diria assim, mais animado, menos chapa-branca: o ministro tá pra vir, ele assinou isso, isso e aquilo outro... Então eu botava, o ministro da presidência assinou isso, e a Associação dos Aposentados está contra! (risos) O contraponto, você precisa fazer hoje em tudo, sabe? Você não pode ser o dono da verdade. (1min29s)

LOC: Mas a visão de Maurílio Ferreira Lima sobre como deveria atuar a Radiobrás gerou controvérsias.

LOC. 2: O então senador Lauro Campos, do PT, proferiu discurso no plenário no qual classificava a postura de Maurílio Ferreira como uma ameaça À Voz do Brasil.

LOC.: Ferreira Lima defende o uso político da Radiobrás.

TEC.: SONORA MAURÍLIO RADIOBRÁS (25s)

Todos os presidentes novos na Radiobrás disseram.. ó... vamos fazer um negócio aqui igual a BBC. Aí... vai ter um comitê. Esse comitê é que escolhe as notícias. A rádio pública é pública, não é do Estado. Não! A Radiobrás é uma emissora do Estado, mas não pode deixar ter uma conotação política! (25s)

LOC. 2: Você acabou de ouvir o Histórico d'A Voz do Brasil, no primeiro bloco da reportagem A Voz que não se calou. Na sequência você escuta "Com a palavra, cidadania", bloco que reúne informações sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação e o novo jeito de pensar o papel da Radiobrás.

LOC: O que significa implementar um projeto de comunicação pública?

LOC. 2: No próximo bloco!

TEC.: Roda VINHETA PROGRAMA A VOZ QUE NÃO SE CALOU

LOC.: Seguimos agora para o segundo bloco...

TEC.: Roda VINHETA Geral
Roda BG A Fantástica Bateria

LOC 2.: Com a posse do presidente Lula, em dois e três, quem passou a presidir a Radiobrás foi o jornalista Eugênio Bucci.

LOC.: Fez parte da gestão de Bucci a reformulação da missão e dos valores da empresa, em cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública.

LOC. 2.: A partir de então foram formados dezessete Grupos de Trabalho, envolvendo cerca de mil funcionários para desenvolver planos específicos para áreas que Bucci chamou de "mal resolvidas".

LOC.: Um destes grupos se dedicou exclusivamente ao projeto "A nova Voz".

LOC. 2: Além da nova vinheta, foi substituído o tradicional dezoito horas, em Brasília.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria
Roda SONORA VINHETA ATUAL
Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: "Sete da noite em Brasília" é como ouvimos até hoje a abertura do programa que mudou sua linguagem. Ouça o que diz o ex-presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci.

TEC.: Roda SONORA BUCCI VOZ (57s)

Como podia ser importante, nos rincões, uma coisa que o caboclo da Amazônia não consegue entender o que se está falando lá? A pauta. Nós mudamos muito a pauta. Tudo o que acontecia n'A Voz do Brasil, assim, o ministro tal prometeu que tal, a ministra tal prometeu que tal.. Nós paramos com isso! Só era informação do poder Executivo aquilo que tinha acontecido, não que aquilo que tinha sido prometido. A.. Ahh.. A linguagem não era uma.. umaaa... narrativa na qual

a autoridade era protagonista, o cidadão era protagônista. Então, se tinha mudado alguma coisa na vida do cidadão, aí sim, aquilo era notícia.

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC. 2: Nesta época, a Radiobrás tinha cerca de mil funcionários.

LOC. : E um orçamento na casa dos setenta milhões de reais.

LOC. 2: A rede era formada por quatro emissoras de rádio.

LOC.: Os canais NBr e a TVNacional também eram responsabilidade da Radiobrás.

LOC.2: Na internet, a estatal mantinha a “Agência Brasil”.

LOC.: Uma das providências de Bucci foi a contratação do jornalista Henri Cobata para trabalhar na área de recursos humanos da empresa.

LOC.2: Cobata realizou quase duzentas entrevistas em profundidade para avaliar os “humores” dos funcionários.

LOC.: Foi constatado que apenas dez por cento dos servidores avaliavam que seus gerentes mantinham um bom relacionamento com a equipe.

LOC. 2: Outro fator constatado foi que poucos gerentes tinham consciência de quantos funcionários eram seus subordinados.

LOC: Diante deste quadro, foram promovidas demissões e admissões por concurso público.

LOC. 2: Trezentos funcionários saíram da empresa neste período.

LOC.: Ao final de sua gestão, Bucci conseguiu reduzir o número de contratados sem concurso pela metade.

TEC.: Roda SONORA BUCCI MUDANÇA DE CULTURA (54s)

Nós chegamos a uma coisa que é muito interessante, que havia de fato uma cultura estabelecida, uma cultura que é contra a Lei, contra a Lei. Segundo a qual, o papel das emissoras públicas sob o controle da Radiobrás, era sim, fazer uma promoção, ainda que velada, das autoridades. As pessoas sentiam isso, e agiam de acordo com isso. Achavam que o chefe era o.. o.. o presidente. E que deviam trabalhar para agradar o presidente. Isso é um desvio total! Imagina isso num hospital?! Imagina isso numa escola?! Imagina isso na polícia?! É um desvio absurdo. Inaceitável! Mas essa era a cultura.

LOC. 2: Um ano depois de deixar a Radiobrás, em dois mil e oito, Bucci lançou o livro “Em Brasília, dezenove horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula”.

TEC.: Roda Sonora BUCCI (1min2s)

Uma atribuição como a que eu.. desempenhei.. ela requeria uma prestação de contas. O primeiro impulso é desse tipo. Eu acho que eu devia prestar contas até porque, dentro dessa área, o que foi feito ali poderia interessar a outras pessoas, a outros estudiosos, ou profissionais dessa área. O que aliás se confirmou. Eu pensava que um balanço, uma defesa das minhas iniciativas,

deveria ser tornada pública. E aí. Isso foi o primeiro impulso e foi uma impulso fundamental. Eu sentia que tinha que contar aquela história.

LOC. 2: Em dois mil e sete, foi criada a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, e a jornalista Teresa Cruvinel foi quem assumiu a presidência da nova empresa.

LOC.: Teresa fala sobre o processo de criação da EBC.

TEC.: Roda SONORA CRUVINEL GESTÃO (54s)

O grande desafio mesmo era convencer a sociedade e o parlamento de que estávamos fazendo, criando uma empresa, para fazer comunicação pública. Depois tem os desafios naturais de implantar uma empresa nova.. Isso tudo demanda no Brasil muitas providências. E a partir de uma estrutura bastante sucateada que era a da Radiobrás. Uma empresa na qual não havia sido feito muitos investimentos nas últimas décadas. E que tinha muitos problemas. Ela tinha um parque técnico bastante limitado, sucateado, e nós precisávamos implantar uma empresa moderna, tecnologicamente moderna, que desse conta da sua missão.

LOC.: Teresa Cruvinel explica a diferença entre a Radiobrás e a EBC.

TEC.: Roda SONORA CRUVINEL DIFERENÇAS (2min3s)

A Radiobrás era uma empresa destinada a prestar serviços ao governo federal. Serviços de comunicação governamental. Então o seu papel era por exemplo fazer A Voz do Brasil, divulgar e transmitir os atos do presidente da República. Em suma, divulgar ações de governo e etc. Já a EBC ela tem uma dupla missão. Ela é encarregada de implantar e gerir o sistema público de comunicação, de acordo com várias definições que estão na Lei quanto a independência editorial, quanto a natureza da programação desses canais públicos, que é diferenciada, e que toda uma série de parâmetros. A programação da TV pública não é pra ser igual a da comercial e também não é TV, comunicação governamental, e que essa empresa deve fazer comunicação pública sob supervisão do Conselho Curador, composto por representantes da sociedade, mas que cabe a ela também prestar, através de uma unidade interna separada, fazer prestação de serviços de comunicação ao governo. Ou seja, a EBC faz o que a Radiobrás fazia, que é uma diretoria encarregada disso (Luciana) A EBC Serviços? (Teresa) A EBC Serviços, e ao mesmo tempo ela tem toda uma outra, um grande braço, outras atividades dedicadas a comunicação pública, já com base de independência editorial, atuação do conselho, atuação de uma ouvidoria. Em suma, todo um conjunto de mecanismos que garantem a natureza pública dessa comunicação.

LOC. 2: Sobre a composição e a atuação do Conselho Curador durante a sua gestão, Teresa Cruvinel faz críticas .

TEC.: Roda sonora CRUVINEL CONSELHO (1min51s)

É importante sim que os canais públicos tenham uma supervisão da sociedade e não do governo. Isso é o que o diferencia de um canal governamental. Logo é importante ter um conselho curador, seja lá que nome seja, que em nome da sociedade exerça uma fiscalização sobre esses canais. Para que eles não sejam capturados pelos governos, não se transformem em instrumentos de interesses políticos e estatais, assim como os canais privados são explorados em função de interesses financeiros do setor privado. É preciso, a experiência da EBC é pioneira, mas ela acabou muito desvirtuada. Porque tem lá poucas definições na Lei, e por exemplo, o conselho curador da EBC, na segunda metade do meu mandato, ele passou a entender que ele tinha poderes executivos na empresa. Ele não tem! Ele tem poder de aconselhamento, digamos, você chega lá e diz: olha, esse programa não tá bom, não cumpre a função de uma programação de comunicação pública, os telespectadores estão reclamando através da Ouvidoria, nós entendemos

que é preciso que seja tirado do ar, tá? Isso é uma coisa. Outra coisa é o conselho curador querer saber de orçamento, de pessoal, de gestão, de administração em geral da empresa, e ter poderes executivos como ele tentou ter. Um dos meus conflitos com o conselho é que ele tentou cometer, e cometeu muitas vezes, abuso de autoridade.

LOC.: A Voz do Brasil não sofreu mudanças significativas em sua pauta e estilo após a gestão de Eugênio Bucci, entre dois mil e três e dois mil e sete.

LOC.2: Mas vale destacar que em dois mil e nove, já sob produção da EBC Serviços, o programa referente ao Executivo ganhou conta no Twitter e passou a ter seus áudios disponibilizados na internet.

LOC. : A novidade mais recente é a transmissão em vídeo ao vivo pela internet dos vinte e cinco minutos do poder Executivo.

LOC. 2: A transmissão ao vivo pelo site da EBC Serviços começou em dois mil e doze, já na gestão de Nelson Breve.

LOC.: Sobre sua gestão, Nelson Breve destaca a mudança no regime de contratações.

TEC.: Sonora BREVE (34s)

Estes dois últimos anos foram anos fortes de reestruturação, porque nós tivemos também que mudar de um modelo que já vinha de muitos anos, de contratação de pessoal por meio de organização social e nós substituímos essa contratação por empregados que prestaram concursos. Então nós substituímos mais de cinquenta por cento da nossa força de trabalho, ou seja, cerca de mil pessoas, ou mais de mil pessoas.

LOC.: O reconhecimento da qualidade dos programas da EBC foi destacado por Nelson Breve, que presidente a EBC desde dois mil e onze.

TEC.: Roda SONORA NELSON PRÊMIOS (1min6s)

E agora a gente está tendo uma qualidade melhor. E eu acho que isso, a qualidade do sinal, a qualidade estética, a qualidade informativa.. Nós nos últimos anos estamos ganhando vários prêmios, ou pelo menos chegando a finalistas de vários prêmios importantes. Até hoje eu recebi a informação que dois de nossos programas, do nosso programa Caminhos da Reportagem, estão entre os cinco finalistas do prêmio Allianz, um prêmio de jornalismo importante, e nós vamos, nós com dois programas, a Record com dois programas e a Globo News com um. Então eu acho que nós estamos.. já ganhamos prêmios Vladimir Herzog numa edição, teve uma edição que nós ganhamos três prêmios, inclusive de rádio, de Vladimir Herzog. E também outros prêmios como Abdias Nascimento que tem a ver com as temáticas de cidadania e equidade principalmente, que nós tratamos. (1min6s)

LOC.: Nelson Breve fala ainda da expansão da estrutura da EBC em comparação à Radiobrás da gestão Bucci.

TEC.: Roda sonora Breve ()

Hoje, quando nós falamos da comunicação pública gerida pela EBC, nós estamos falando de doze grades com 24 horas. Duas emissoras de televisão, a TV Brasil e a TV Brasil Internacional. Sete emissoras de rádio, mais duas retransmissoras próprias, que são as rádios Nacional do Rio de Janeiro, a AM/FM de Brasília, a Rádio Nacional da Amazônia, a Rádio Nacional do Alto Solimões, que fica lá na tríplice fronteira Brasil do Peru e da Colômbia, né, em

Tabatinga, mais as Rádios MEC do Rio de Janeiro que tem uma retransmissora aqui em Brasília também. Mais o nosso portal, a Agência Brasil, a Rádio Agência Nacional, que também completam o leque dos veículos públicos da EBC. Sem contar a parte da prestação de serviços ao governo federal. (Luciana) Que inclui A Voz do Brasil? (Breve) Voz do Brasil, a televisão NBr, e os programas Café com a presidenta eo Bom dia, ministro.

LOC. 2: Você acabou de escutar as vozes que geriram a comunicação pública a partir do governo Lula, na reportagem A Voz que não se calou.

LOC.: Ouça a seguir as respostas que elaboramos sobre questões polêmicas d'A Voz do Brasil.

TEC.: Roda VINHETA A VOZ QUE NÃO SE CALOU
Roda VINHETA BLOCO 3 Inquietações

LOC.: Neste bloco buscamos respostas para questões que tanto defensores quanto opositores do programa costumam abordar.

TEC.: Roda BG

LOC. 2: O material d'A Voz do Brasil é jornalístico, afinal quem são os profissionais que trabalham lá?

TEC.: Corta BG.

LOC.: Se as notícias cabem ou não no conceito de jornalismo, é difícil definir.

LOC. 2.: Para as pesquisadoras Marcia Benetti Machado e Fabiane Moreira as maiores diferenças entre trabalho do jornalista público dos demais é que ele não costuma ter a iniciativa de divulgar notícias negativas, e não entrevista fontes ou cobre temas fora de sua esfera.

LOC.2: Nesta reportagem buscamos mostrar o perfil dos profissionais que atuam n'A Voz.

LOC.: O Editor-chefe Márcio Sardi fala sobre a equipe que produz os vinte minutos de programa correspondentes a Câmara dos Deputados.

TEC.: Roda SONORA MÁRCIO EQUIPE (1min)

Bom, a equipe é composta por mim, eu sou o editor-chefe, tem uma subeditora, quatro produtores, um auxiliar administrativo, um operador de serviços técnicos e quatro locutores. Essa é a equipe d'A Voz do Brasil. Depois que o produto é fechado, a gente repassa pra área técnica da Rádio Câmara, da Secretaria de Comunicação, que transmite ao vivo A Voz do Brasil a partir dos nossos estúdios aqui da Rádio Câmara. Não. Servidores públicos somos eu e a subeditora, os quatro produtores, o auxiliar administrativo, o operador técnico e os quatro locutores, eles são terceirizados. Mas os quatro produtores são jornalistas, o auxiliar administrativo é um cargo técnico, assim como os locutores e o operador de serviços técnicos.

LOC.: A equipe que produz o Minuto TCU é a mais enxuta. Quem nos conta isso é a editora e locutora Cíntia Caldas.

TEC.: Roda SONORA CÍNTIA EQUIPE (25s)

No dia-a-dia, são duas pessoas. Tem o Emerson, ele está de licença agora, mas normalmente é ele quem faz a produção, né? E eu, que no caso, a gente faz uma parceria nisso. Ele faz o texto, eu reviso. A gente conversa sobre as pautas, e eventualmente tem um ou outro colega que participa. São todos concursados e todos com a formação em Comunicação.

LOC.: A redatora Ana Lusia fala sobre os profissionais que produzem os dez minutos do Senado.

TEC.: Roda SONORA ANA LUSIA EQUIPE (43s)

(Luciana) Quantas pessoas estão envolvidas na produção d'A Voz do Brasil, hoje? (Ana) Três. (Luciana) Isso contando os repórteres ou não? (Ana) Não. Os repórteres, eles são da Rádio, eles não são d'A Voz do Brasil. Eles são da Rádio Senado. Então eles fazem matéria pra rádio. Pra programação da rádio. E a gente utiliza esse.. a gente utiliza essas matérias desses repórteres. Porque daí é matéria mesmo, é reportagem mesmo. (Luciana) Todos são funcionários concursados e com formação na área de Jornalismo? (Ana) Todos.. todos. (Luciana) Inclusive os da Rádio? (Ana) Sim. (43s)

LOC.: Marina Fauth, a única funcionária terceirizada que entrevistamos nesta reportagem, aponta algumas singularidades da equipe que está por trás do Notícias do Poder Judiciário, que ocupa cinco minutos da programação d'A Voz.

TEC.: Roda SONORA MARINA EQUIPE (1min6s)

Hoje nós temos cerca de quatro a cinco pessoas que pensam.. que tão ali pra ajustar a pauta d'A Voz do Brasil. A edição ocorre a partir de duas pessoas, eu sou uma das editoras, além de apresentar A Voz. E conto também com um colega técnico que auxilia na parte operacional mesmo da edição. Nem todos são funcionários aqui do Tribunal. Aqui a Rádio Justiça, ela ocorre, ela é formada por empresas que ganham a licitação, por períodos específicos. Então hoje nós temos uma empresa que conquistou essa licitação e que dá sequência, enfim, que dá vida a Rádio Justiça. Eu mesma sou terceirizada, não sou servidora. E outro colega também, que apresenta A Voz do Brasil, nós somos terceirizados, não somos servidores do Supremo Tribunal Federal. Os demais, os produtores, sim. (1min6s)

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: Nós não conseguimos entrevistar profissionais da EBC Serviços, que produz os vinte e cinco minutos do programa referentes ao Executivo.

LOC. 2: Após um mês tentando um retorno da EBC, há uma semana da data de entrega do trabalho, depois de muita insistência, nos foi comunicado que era preciso tratar diretamente com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência, para que ela autorizasse os profissionais da Voz a dar e conceder a entrevista, já que o programa é um produto institucional da Secretaria e a produção pela EBC é apenas uma prestação de serviço.

LOC.: Depois de muitas transferências entre ramais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, o que conseguimos foi a promessa de um retorno que mais uma vez, não veio.

LOC. 2: Mas o panorama apresentado pelos profissionais dos demais blocos do programa já nos ajuda a entender o processo de produção.

LOC.: A independência de cada instituição em relação às demais é tão grande que não há um site onde se possa obter os áudios completos de uma hora.

LOC.2: O webouvinte só conta com a página do Senado se quiser acessar em um só endereço todos os áudios que compõe A Voz do Brasil.

LOC.: Todos os demais poderes só disponibilizam a sua própria produção.

LOC. 2: Mas também há pontos em comum, quando questionamos os profissionais sobre critérios de noticiabilidade e censura, todos foram afirmaram que o trabalho visa o interesse público e que não sofre censura de seus superiores.

LOC.: É importante destacar que no Senado todos os parlamentares que falam na plenária devem ter suas falas destacadas n'A Voz. Já a Câmara possui um regimento específico para regular o conteúdo do programa.

LOC. 2: Depois de abordar a questão da produção, falemos sobre a transmissão d'A Voz do Brasil.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria
Roda BG Não Vem que não tem

LOC 2.: A transmissão d'A Voz do Brasil deveria deixar de ser obrigatória ou ter seu horário de transmissão flexibilizado?

TEC.: Baixa BG Não Vem que não tem
Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: A maior defesa pela flexibilização do horário de transmissão d'A Voz do Brasil é feita pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT.

LOC. 2.: No primeiro semestre deste ano a Associação lançou a campanha "A Voz que queremos ouvir" em apoio ao projeto de Lei da deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre, pela flexibilização do horário de transmissão d'A Voz.

LOC.: Sobre a importância do projeto do lei, o diretor geral da ABERT Luis Roberto Antonik argumenta.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria
Roda SONORA ABERT FLEXIBILIZAÇÃO (56s)

Para um segmento, para uma parcela das emissoras de rádio, dessas dez mil emissoras de rádio, para um pedaço delas flexibilizar A Voz do Brasil é uma questão essencial. Por que eu digo isso? Porque o rádio, ele é muito segmentado, o público, ele é um público muito específico. Então eu tô dizendo pra você o seguinte, a rádio que vai flexibilizar A Voz do Brasil, se você permitir a flexibilização d'A Voz do Brasil, em três horinhas, que nem a rádio pede, não são todas as rádios que vão aderir. São aquelas rádios que precisam atender o seu público às dezenove horas, que são um terço dessas rádios. Então é por isso que a campanha foi tão forte e foi tão importante. Porque se essas rádios não tiverem essa flexibilização, elas desaparecem.

TEC.: Roda BG A Fantástica Bateria

LOC. 2: O projeto de lei, apresentado em dois mil e três, propunha originalmente flexibilizar o horário de transmissão até meia-noite e meia.

LOC.: Mas ao passar pelo Senado foi alterado, e o período para a flexibilização passou a ser das sete às nove horas da noite.

LOC. 2: O projeto aguarda aprovação no Plenário da Câmara para virar lei. Se o texto for aprovado e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, a transmissão poderá começar às sete, às oito ou nove horas da noite, dependendo da escolha de cada emissora.

LOC.: Este ano, o horário de transmissão chegou a ser flexibilizado através de medida provisória para que o público acompanhasse os jogos da Copa do Mundo de Futebol.

LOC. 2: Sobre o debate acerca da flexibilização e da obrigatoriedade d'A Voz do Brasil, o atual presidente da EBC ressalta que o desenvolvimento tecnológico traz novos fatores a serem considerados.

LOC.: Faria sentido acabar com a obrigatoriedade ou flexibilizar o horário da retransmissão se o ouvinte pudesse optar por sintonizar a rádio de sua escolha pelo sinal digital?

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria
Roda sonora NELSON FUTURO 1 (35s)

Em relação a questão da não-flexibilização, eu preciso dizer o seguinte, essa história está com os dias contados. Porque nós estamos migrando cada vez mais para a plataforma digital. O rádio na forma da radiodifusão, cada vez mais ele vai ser menos ouvido num rádio pela difusão aberta, e mais ouvido por intermédio de um *streaming* de telefonia. Nos Estados Unidos já é desse jeito, os rádios dos carros já são, de certa forma, permitem isso.. Então, isso vai acabar que é o seguinte, o sujeito que está lá no carro, ele vai ter a oportunidade de escolher. Ele quer ouvir uma rádio, rádio G2, pela radiodifusão, às sete horas ele põe lá no carro dele, vai ter A Voz do Brasil. Se ele vira o botão pra pegar o *streaming* de telefonia móvel, aí ele vai pegar a mesma rádio no *streaming* de telefonia móvel. Entendeu?

TEC.: Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: A ex-senadora Marinor Brito, do PSOL do estado do Pará, se opõe completamente a flexibilização e defende a importância do programa.

LOC 2.: Ela é a autora de um projeto de lei que faz três principais proposições: uma delas é o tombamento do programa como patrimônio cultural imaterial do país...

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria
Roda SONORA MARINOR PROJETO 1 (1min4s)

Olha, a luta pela democratização da comunicação no país é uma luta antiga e eu faço parte dela há muito tempo. Eu acredito que o povo tem que ter vez, precisa ter voz. E A Voz do Brasil é uma das pioneiras, um dos programas mais antigos do Brasil. E que ocupa um espaço na vida do povo brasileiro, sobretudo na vida do povo dos lugares mais longínquos, como é o exemplo aqui da Amazônia, onde a comunicação é muito precária e através d'A Voz do Brasil é que a

Amazônia brasileira consegue se interligar com o poder central brasileiro. Com as decisões e os debates que ocorrem no eixo Rio-São Paulo.

TEC.: Roda BG A Fantástica Bateria

LOC. 2: A veiculação obrigatória d'A Voz do Brasil de segunda a sexta-feira, das sete às oito horas da noite, pelo horário oficial de Brasília, como já ocorre, é outro ponto defendido pela ex-senadora Marinor Brito.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria

Roda SONORA MARINOR PROJETO 2 (1min34s)

É porque esse horário é um horário tradicional. Se você for na minha cidade, em Alenquer, no baixo-médio Rio Amazonas e Tapajós, se você for na região Xingu do Pará, se você for no Oeste do Pará, se você for em qualquer lugar do Nordeste brasileiro, esse horário é como se fosse um horário sagrado. Em que a população se reúne em torno do rádio pra saber as informações. É entre o término do trabalho, a janta, do interiorano, do pescador, do ribeirinho, do quilambola, e o caminho pra cama, já que na maioria dos lugares do Brasil não tem divertimento, não tem outra alternativa, a não ser o trabalho e o descanso. E entre o trabalho e o descanso, o horário d'A Voz do Brasil precisa continuar sendo preservado. Esse é um espaço de formação de opinião, e se você entregar para que ele seja comercializado, abrir essa retaguarda, nós vamos passar a ter cada vez menos espaços de comunicação visando o interesse público, a democratização das informações no Brasil. (1min34s)

TEC.: Roda BG A Fantástica Bateria

LOC. 2.: O projeto da ex-senadora Marinor Brito determina também que o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial terá a obrigação de zelar pela manutenção da integridade d'A Voz do Brasil e pela preservação de sua memória.

LOC.: Sobre esta memória d'A Voz do Brasil há muitos discursos conflitantes.

LOC.: E a relação entre o regime totalitário da Era Vargas e a obrigatoriedade d'A Voz são argumentos recorrentes.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria

Roda BG Não vem que não tem

LOC 2.: É correto associar totalitarismo a ideia da obrigatoriedade de retransmissão d'A Voz do Brasil?

TEC.: Baixa BG Não vem que não tem

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: Muita gente acha que sim. Muitos pesquisadores, como Lilian Perosa, defendem que o modelo nazi-fascista pautou o programa.

LOC. 2: Eugênio Bucci, ex-presidente da Radiobrás, não tem dúvidas sobre a questão.

TEC: Baixa BG A Fantástica Bateria

Roda sonora BUCCI VARGAS. (32s)

A Voz do Brasil é uma permanência anacrônica de uma prática que só fazia sentido numa ditadura do tipo de Getúlio Vargas. Nem na ditadura militar ela fazia mais sentido. E ficou aí hoje como um retrato dramático da mentalidade que ainda persiste quando nós estamos falando do uso indevido dos meios públicos de comunicação pelos governos de turno.

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: Teresa Cruvinel, sucessora de Eugênio Bucci, já na Empresa Brasil de Comunicação, pensa diferente.

LOC. 2: Ela defende A Voz do Brasil ressaltando que a radiodifusão também foi utilizada como meio da comunicação governamental em países democráticos.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria

Roda sonora CRUVINEL DEMOCRACIAS (46s)

Então o que foi? Por que ela foi criada? Olha, Na verdade ela foi criada por que os governos não enfrentaram, ao contrário dos governos da Europa, e de outras democracias do mundo, não enfrentaram no passado a questão de reservar parte do espectro, um segmento de comunicação para o Estado se comunicar com a sociedade. A Europa, as primeiras televisões são as públicas, as primeiras rádios são as públicas, públicas e estatais. O sistema de comunicação na França, ele tem canais governamentais e públicos, a própria BBC também. E por aí vai, Espanha, França e etc.

LOC.: Cruvinel ressalta que o sistema privado no Brasil foi o único a receber concessões de radiodifusão.

TEC.: Roda sonora CRUVINEL BRASIL (50s)

Já o Brasil naqueles anos, no período em que foi criada A Voz do Brasil, naquele tempo só existia no Brasil comunicação privada, ou seja, o Estado pegava os segmentos de espectro, os canais, e concedia tudo pro setor privado. E aí, ele tratou de reservar para si, o Estado, né?, uma hora, que é A Voz do Brasil. Que era o mínimo do mínimo do mínimo. Reservar uma hora na programação de rádios que ele concedia ao setor privado. Porque as rádios não são propriedades do setor privado, ela pertence ao Estado. O espectro de comunicação de um povo pertence ao seu povo e é gerido pelo Estado.

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC. 2: Depois de refletirmos sobre às origens d'A Voz do Brasil, propomos o debate sobre o seu momento atual.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria

Roda BG Não vem que não tem

LOC.: A existência d'A Voz do Brasil faz sentido no atual contexto da comunicação do país?

TEC.: Baixa BG Não vem que não tem

Roda BG A Fantástica Bateria

LOC.: A Associação Brasileira de Rádio Emissoras contratou uma pesquisa do instituto Datafolha para saber se o projeto de flexibilização tinha apoio popular.

LOC. 2: Ficou constado que sessenta e oito por cento dos entrevistados se posicionam a favor.

LOC.: Mas a defesa da flexibilização não se mostrou como uma resistência ao programa, já que sessenta e quatro por cento dos entrevistados reconhecem A Voz do Brasil como importante ou muito importante como fonte de informações sobre o governo.

LOC. 2: Teresa Crunivel também pensa assim.

TEC.: Baixa BG A Fantástica Bateria

Roda sonora CRUVINEL IMPORTÂNCIA (52s)

Não, eu acho que ela continua sendo muito importante, primeiro porque é um produto que tem uma grande força no imaginário. Segundo, ela é um momento de comunicação dos três poderes públicos de forma condensada. Não adianta várias informações fragmentadas serem divulgadas ao longo do dia, por várias empresas ou veículos privados, estatais ou governamentais ou públicos... etc, de forma fragmentada. A Voz do Brasil é um momento em que cada poder Legislativo, Executivo e Judiciário reúne os principais fatos do dia em relação a aquele poder e os apresenta a sociedade através d'A Voz do Brasil.

LOC. 2: A pesquisa Datafolha sobre A Voz do Brasil entrevistou um total de duas mil e noventa e uma pessoas, em todo o Brasil.

LOC.: E registrou que o total de entrevistados que não considera o programa relevante é de vinte e dois por cento.

LOC. 2: O atual presidente da EBC, Nelson Breve, defende que a relevância do programa no atual contexto da comunicação deve ser debatida.

TEC.: Roda sonora BREVE FUTURO 2. . (41s)

Por isso eu fico pensando que assim, o avanço tecnológico está lá na frente, então precisa entender o propósito é educar a população, informar a população, fazer eles mais senhores do seu direito? Como é que a gente preserva isso? E pode ser que nós cheguemos a conclusão de que A Voz do Brasil já passou o tempo em que ela poderia assegurar, preservar isso. E outros meios públicos poderiam fazer isso para além do horário das sete às oito horas da noite. Poderiam fazer isso, e sua obrigação seria o dia inteiro.

LOC.: Entre os entrevistados da pesquisa Datafolha, oitenta e um por cento declarou ouvir rádio.

LOC. 2: E entre este público ouvinte, quarenta e um por cento, ou seja, metade dos que acompanham a programação radiofônica, ouvem A Voz do Brasil.

LOC. : A ex-senadora Marinor Brito faz parte desse grupo, e fala sobre o impacto d'A Voz do Brasil em sua vida.

TEC.: Roda sonora MARINOR IMPACTO VOZ (1min36s)

Eu fui criada ouvindo A Voz do Brasil no interior do Pará. Eu fui criada sentando num banquinho, envolta dos meus tios, meus irmãos mais velhos. Sendo chamada para ouvir as informações. Era como se fosse um momento de informação e de lazer ao mesmo tempo. Já que a rotina dos municípios mais pobres, mais distantes dos grandes centros não tem muita

alternativa. Então eu fui ouvir falar pela primeira vez da Constituição Federal, ou ouvir falar pela primeira vez em Lei Educacional, de criação de Sistemas Políticos n'A Voz do Brasil. Então tem ainda uma importância muito grande na minha vida. Eu, hoje, normalmente não estou em casa no horário d'A Voz do Brasil mas me acostumei a ligar o rádio do carro quando estou me locomovendo, pra me atualizar das informações da política nacional. (1min36s)

LOC.: Chegamos ao fim do terceiro bloco que buscou respostas para questões inquietantes sobre A Voz do Brasil.

LOC. 2: A reportagem A Voz que não se calou também encerra por aqui, depois de ter buscado trazer um panorama da presença d'A Voz do Brasil no contexto da comunicação do país.

LOC.: Agradecemos aos ouvintes pela audiência.

LOC. 2: E agradecemos também aos entrevistados, que com os mais variados sotaques, participaram deste programa. Nesta reportagem você ouviu: Carlos Gomes, O Guarani, Khorus, A Voz do Brasil; Carmem Miranda, O que é que a baiana tem; Skank, Pacato Cidadão, Wilson Simonal, Não vem que não tem, Ari Barroso, Aquarela do Brasil, Alceu Valença, Anunciação, Legião Urbana, Que país é esse e Evaristo da Veiga e D. Pedro I, Hino da Independência, Fafá de Belém, Menestrel das Alagoas, Nicola Di Bari, La Prima Cosa Bella, Buena Vista Social Club, Hasta Siempre Comandante, Milton Nascimento, Peixe Vivo. Com sonoras dos sites Locutor ponto Info e Youtube.

LOC.: Locução Aramis Merki II e Luciana Paula.

LOC 2.: Este é o trabalho de conclusão feito pela aluna Luciana Paula da Universidade Federal de Santa Catarina, Luciana Paula, no segundo semestre de dois mil e quatorze. Agradecimento: Equipe do Laboratório de Rádio do curso de Jornalismo da UFSC. Técnica: Alcides Alves, Peter Lobo, Vinícius Bressan e Guilherme Gustavo Pereira. Orientação professor Eduardo Meditsch.

TEC.: Roda vinheta A Voz que não se calou.